ISSN: 2358-8829

PROJETO AUTONOMIA: PLANEJAMENTO INDIVIDUALIZADO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA DE MATO GROSSO

Nilcéia Saldanha Carneiro [1]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, ao reconhecer que todos os estudantes devem ter oportunidades de acesso, permanência, participação e aprendizagem, respeitadas suas características e necessidades educacionais. Nessa perspectiva, a escola pública assume o compromisso de desenvolver práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes, promovam a equidade e assegurem condições para o desenvolvimento de suas potencialidades. Esse compromisso exige planejamento pedagógico flexível, estratégias diversificadas e acompanhamento contínuo do processo de ensino e aprendizagem, especialmente em relação aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A discussão sobre a efetivação da Educação Especial na perspectiva inclusiva também exige considerar a avaliação educacional e a formação continuada dos professores como elementos fundamentais para a qualidade do ensino. Carneiro (2021), ao investigar a avaliação externa no Estado de Mato Grosso e os desafios da formação continuada dos professores de Língua Portuguesa, contribui para a reflexão sobre a necessidade de aperfeiçoar as práticas pedagógicas e utilizar os processos avaliativos como subsídios para o planejamento educacional. Essa perspectiva relaciona-se ao Projeto Autonomia, uma vez que o acompanhamento das necessidades e dos avanços dos estudantes pode orientar intervenções individualizadas e favorecer a construção de estratégias que respeitem suas especificidades.

[1] Pós-Doutoranda no Curso de Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão-UFMA). Email: nilceia.carneiro@edu.mt.gov.br

Além disso, a gestão e a liderança pedagógica desempenham papel importante na organização de práticas inclusivas e na articulação do trabalho coletivo. De Melo e Pinazza (2025) contribuem para ampliar essa discussão ao abordarem questões relacionadas à gestão e à liderança pedagógica, aspectos relevantes para refletir sobre a atuação colaborativa dos profissionais da escola. Nesse sentido, o Projeto Autonomia demanda articulação entre professores, coordenação pedagógica e gestão escolar, de modo que o planejamento individualizado, o acompanhamento da aprendizagem e a avaliação contínua integrem as ações institucionais. Assim, esta pesquisa busca compreender como essa proposta pode fortalecer as práticas inclusivas e contribuir para a garantia do direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede estadual de ensino de Mato Grosso.

No contexto da rede pública estadual de Mato Grosso, o Projeto Autonomia, desenvolvido no âmbito do Programa EducAção – 10 Anos, representa uma iniciativa voltada à organização de intervenções pedagógicas individualizadas, considerando as necessidades específicas dos estudantes. A proposta fundamenta-se na elaboração de planos de trabalho que orientam as ações docentes e favorecem a articulação entre as particularidades de cada estudante e os objetivos de aprendizagem previstos no currículo escolar. Sua relevância está na possibilidade de superar práticas pedagógicas homogêneas, reconhecendo que os estudantes apresentam diferentes formas, tempos e condições para aprender. Assim, a individualização do planejamento não significa reduzir as oportunidades de aprendizagem, mas criar estratégias que favoreçam a participação e o desenvolvimento de cada estudante.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo compreender como a organização de intervenções pedagógicas personalizadas, por meio do Projeto Autonomia, contribui para a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes público-alvo da Educação Especial em uma escola da rede pública estadual de Mato Grosso. A investigação justifica-se pela necessidade de analisar como as políticas públicas de Educação Especial se concretizam no cotidiano escolar e de que maneira o planejamento individualizado pode fortalecer as práticas inclusivas, a avaliação formativa e o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação.

Os resultados analisados indicam que o Projeto Autonomia favorece o planejamento centrado no estudante, fortalece a corresponsabilidade da equipe pedagógica e oferece possibilidades para ampliar a participação escolar, a autoconfiança

e o desenvolvimento acadêmico. Conclui-se que a sistematização de planos individualizados, articulada ao currículo e ao acompanhamento pedagógico contínuo, constitui uma estratégia relevante para fortalecer a Educação Especial na perspectiva inclusiva e contribuir para a efetivação do direito à aprendizagem.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritivo-analítica, realizada no contexto de uma escola da rede pública estadual de Mato Grosso, com foco no Projeto Autonomia, desenvolvido no âmbito do Programa EducAção – 10 Anos. Essa abordagem possibilita compreender como as intervenções pedagógicas individualizadas são organizadas e articuladas às necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

O percurso metodológico compreendeu a análise de documentos relacionados ao planejamento pedagógico, a observação das práticas educativas e o acompanhamento dos projetos individuais elaborados pela equipe de professores. A análise buscou identificar estratégias de ensino, formas de acompanhamento da aprendizagem e possibilidades de participação dos estudantes nas atividades escolares. As informações foram examinadas de maneira descritiva e interpretativa, considerando aspectos como planejamento centrado no estudante, articulação curricular, avaliação formativa e trabalho colaborativo entre os profissionais da educação.

Quanto aos aspectos éticos, foram considerados o respeito à privacidade dos estudantes, a preservação de suas identidades e o cuidado no tratamento das informações educacionais. Dessa forma, os procedimentos metodológicos permitiram refletir sobre a organização do Projeto Autonomia e suas possíveis contribuições para o planejamento individualizado, a participação escolar e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, considerando as particularidades do contexto investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial na perspectiva inclusiva fundamenta-se no reconhecimento do direito de todos os estudantes à educação, considerando suas características, potencialidades e necessidades específicas. No Brasil, a Política Nacional de Educação

ISSN: 2358-8829

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) constituem referências importantes para a construção de sistemas educacionais comprometidos com o acesso, a participação, a aprendizagem e a eliminação de barreiras. Esses marcos reforçam a responsabilidade das instituições de ensino em organizar condições pedagógicas que favoreçam a inclusão e a participação dos estudantes.

Nesse contexto, o planejamento individualizado assume relevância por possibilitar a organização de estratégias de ensino que considerem as particularidades de cada estudante, sem perder de vista os objetivos curriculares e o direito de acesso ao conhecimento. A elaboração de planos individualizados pode orientar a seleção de recursos, a adaptação de estratégias pedagógicas e o acompanhamento contínuo da aprendizagem. Essa organização requer a participação dos professores e da equipe pedagógica, de modo que as intervenções sejam planejadas, avaliadas e revistas conforme as necessidades identificadas no processo educativo.

As contribuições de Vygotsky (1991) para a compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem destacam a importância das interações sociais e da mediação no processo de construção do conhecimento. Essa perspectiva permite compreender que o desenvolvimento dos estudantes pode ser favorecido por intervenções pedagógicas intencionais, pela interação com os colegas e pela atuação dos professores. Assim, reconhecer diferentes ritmos e formas de aprendizagem implica organizar oportunidades educativas que ampliem a participação dos estudantes e valorizem suas potencialidades, evitando que suas necessidades sejam compreendidas como impedimentos à aprendizagem.

Outro fundamento importante é a avaliação formativa, entendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, capaz de orientar decisões pedagógicas e identificar avanços e necessidades de intervenção. Hoffmann (2014) discute a avaliação como acompanhamento contínuo e reflexivo da aprendizagem, valorizando a observação dos percursos individuais e a reorganização da prática docente. Nessa perspectiva, o acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial deve considerar não apenas os resultados finais, mas também seu envolvimento nas atividades, os progressos alcançados e as estratégias que favorecem sua aprendizagem.

À luz dessas discussões, o Projeto Autonomia, desenvolvido no contexto da rede pública estadual de Mato Grosso e relacionado ao Programa EducAção – 10 Anos, pode

ser analisado como uma iniciativa que busca aproximar o planejamento pedagógico das necessidades dos estudantes. Sua contribuição depende da articulação entre os planos individualizados, o currículo escolar, a avaliação contínua e o trabalho colaborativo dos profissionais da educação. Dessa forma, a fundamentação teórica sustenta a análise do projeto como uma possibilidade de fortalecimento das práticas inclusivas e de promoção do direito à aprendizagem, respeitando as singularidades dos estudantes e assegurando oportunidades de participação no ambiente escolar.

A efetivação da educação inclusiva exige não apenas a elaboração de estratégias individualizadas, mas também a reflexão contínua sobre as práticas pedagógicas, os processos avaliativos e as condições institucionais que favorecem a aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação educacional deve ser compreendida como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e de orientação das decisões docentes, e não apenas como mecanismo de classificação. A tese de Carneiro (2021), ao abordar a avaliação externa e a formação continuada dos professores de Língua Portuguesa no Estado de Mato Grosso, contribui para ampliar a reflexão sobre os desafios da qualidade educacional e sobre a necessidade de articular avaliação, formação docente e práticas pedagógicas. Embora a avaliação externa e o acompanhamento individualizado tenham finalidades distintas, ambos suscitam a importância de analisar as informações sobre a aprendizagem para orientar o planejamento e aperfeiçoar o trabalho educativo.

No contexto do Projeto Autonomia, essa discussão assume relevância porque o acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial requer atenção às suas necessidades, aos avanços alcançados e às estratégias que favorecem sua participação nas atividades escolares. A avaliação, nessa perspectiva, deve considerar os percursos individuais de aprendizagem e subsidiar a reorganização das intervenções pedagógicas, preservando o direito de acesso ao currículo. A formação continuada dos professores também se torna essencial, pois possibilita aprofundar conhecimentos, compartilhar experiências e desenvolver práticas mais adequadas à diversidade presente na escola. Assim, a inclusão exige um processo permanente de reflexão sobre o ensino, com decisões fundamentadas nas necessidades educacionais identificadas e no compromisso com a aprendizagem de todos.

Outro aspecto fundamental refere-se à gestão e à liderança pedagógica na organização de práticas inclusivas. De Melo e Pinazza (2025), ao discutirem questões relacionadas à gestão e à liderança pedagógica, oferecem uma referência para refletir

sobre a importância da atuação articulada dos profissionais responsáveis pela organização do trabalho escolar. A implementação de propostas como o Projeto Autonomia demanda diálogo entre professores, coordenação pedagógica e gestão, de modo que o planejamento individualizado não seja uma responsabilidade isolada de um único profissional, mas parte de um compromisso coletivo com a inclusão. A liderança pedagógica, nesse sentido, pode contribuir para organizar momentos de planejamento, favorecer a troca de experiências e acompanhar as estratégias desenvolvidas, fortalecendo a corresponsabilidade pela aprendizagem dos estudantes.

A articulação entre avaliação, formação continuada e liderança pedagógica permite compreender que a efetividade das práticas inclusivas depende tanto das intervenções realizadas com os estudantes quanto das condições institucionais que sustentam o trabalho docente. O Projeto Autonomia, nesse contexto, pode ser analisado como uma possibilidade de aproximação entre o planejamento centrado no estudante e a organização coletiva do trabalho pedagógico. Essa articulação favorece a reflexão sobre os objetivos de aprendizagem, os recursos utilizados e as formas de acompanhamento dos avanços, considerando as especificidades de cada estudante e os princípios da educação inclusiva.

Dessa forma, as contribuições de Carneiro (2021) e de De Melo e Pinazza (2025) ampliam a compreensão dos fundamentos que sustentam a análise do Projeto Autonomia, ao destacar a relação entre avaliação, formação dos profissionais e organização pedagógica. A consolidação de práticas inclusivas requer planejamento intencional, acompanhamento contínuo e liderança comprometida com a participação de todos os estudantes. Portanto, o fortalecimento do projeto deve estar associado a uma cultura escolar colaborativa, na qual as decisões pedagógicas sejam continuamente refletidas e orientadas pelo direito à aprendizagem e pelo reconhecimento das potencialidades dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da experiência com o Projeto Autonomia evidenciou a relevância do planejamento pedagógico individualizado para atender às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Entre os aspectos analisados, destacam-se a organização de intervenções personalizadas, o acompanhamento da aprendizagem e a

atuação colaborativa dos professores, considerando as particularidades e potencialidades de cada estudante.

Os resultados indicam que o planejamento centrado no estudante favorece a organização de estratégias pedagógicas mais adequadas, podendo contribuir para a participação nas atividades escolares, o desenvolvimento acadêmico e a construção da autoconfiança. Esses aspectos dialogam com Vygotsky (1991), ao enfatizar a importância da mediação no desenvolvimento e na aprendizagem, e com Hoffmann (2014), ao compreender a avaliação como acompanhamento contínuo dos percursos de aprendizagem.

O Projeto Autonomia constitui uma possibilidade de fortalecimento das práticas inclusivas, especialmente quando articula planejamento individualizado, currículo escolar, avaliação formativa e trabalho colaborativo. Dessa forma, sua contribuição está relacionada à construção de condições pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes e promovam o direito à aprendizagem, sem perder de vista a necessidade de acompanhamento contínuo e análise dos avanços efetivamente observados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu refletir sobre a relevância do Projeto Autonomia para o fortalecimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva na rede pública estadual de Mato Grosso. A organização de intervenções pedagógicas individualizadas demonstra a importância de considerar as necessidades e potencialidades dos estudantes, promovendo condições para sua participação, permanência e desenvolvimento acadêmico.

Em diálogo com Vygotsky (1991) e Hoffmann (2014), compreende-se que a mediação pedagógica, o acompanhamento contínuo e a avaliação formativa são fundamentais para orientar as práticas educativas. Nesse sentido, a articulação entre planejamento individualizado, currículo escolar e trabalho colaborativo pode contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva, comprometida com o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Conclui-se que o Projeto Autonomia apresenta potencial para fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas, sendo importante assegurar sua continuidade e aprimoramento nas instituições escolares. Recomenda-se a realização de novas pesquisas que investiguem seus resultados em diferentes contextos educacionais, considerando

indicadores de aprendizagem, participação e desenvolvimento dos estudantes, de modo a ampliar os conhecimentos científicos sobre a efetividade das estratégias de inclusão escolar.

Palavras-chave: Projeto Autonomia, Educação Especial, Educação inclusiva, Planejamento individualizado, Formação continuada de professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação pela oportunidade de realizar o Estágio de Pesquisa Pós-Doutoral, sob a supervisão do Prof. Dr. José Carlos de Melo. Expresso minha gratidão pela oportunidade de aprofundar conhecimentos, ampliar perspectivas acadêmicas e fortalecer meu compromisso com a pesquisa científica e com a educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CARNEIRO, Nilcéia Saldanha. **Avaliação externa no Estado de Mato Grosso e a formação continuada dos professores de Língua Portuguesa:** desafios para uma educação de qualidade. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2021.

DE MELO, José Carlos; PINAZZA, Mônica Appezzato. **Gestão e liderança pedagógica:** questões a considerar. Humanidades & Inovação, v. 12, 2025.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.